

‘Quem vai conduzir vai ser o comando’: mensagens mostram como grupo ligado ao PCC resolvia disputas e pagava policiais

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Maria Luiza | 22 de julho de 2026



“Quem vai conduzir vai ser o comando.” “Preciso de R\$ 50 mil pra poder mandar pra polícia.” “A sacola que ele mandou tinha só R\$ 498,5 mil.” Os diálogos integram a representação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que embasou a Operação Janus, deflagrada na terça-feira (21).

Nas mensagens, os investigados falam em acionar o chamado “tribunal do crime” para resolver uma disputa de R\$ 2 milhões envolvendo uma casa na Riviera de São Lourenço, no litoral paulista, pedem dinheiro para “pagar a polícia”, descrevem uma estrutura que movimentava recursos provenientes do tráfico de drogas e oferecem serviços para ocultar a origem do dinheiro de clientes.

-□ O “tribunal do crime” é uma prática adotada por facções criminosas para julgar e punir pessoas que tenham alguma desavença com o grupo.

A investigação ganhou força justamente a partir da disputa

pelo imóvel no litoral paulista. Segundo o MP, a análise dos celulares apreendidos nesse episódio levou os investigadores a descobrir provas de um esquema mais amplo de lavagem de dinheiro, corrupção de agentes públicos e prestação de serviços financeiros ao PCC.

Ao todo, a Justiça expediu 18 mandados de prisão preventiva e 18 de busca e apreensão, além de determinar o bloqueio de até R\$ 10 milhões em bens e contas dos investigados.

Segundo o MP, o grupo oferecia serviços de bancarização para dar aparência de legalidade ao dinheiro obtido com atividades criminosas.

Os diálogos

Um dos principais eixos da investigação é a atuação do chamado “tribunal do crime” do PCC para solucionar uma disputa envolvendo um imóvel de luxo na Riviera de São Lourenço.

Segundo o MP, o empresário Cléber Azevedo dos Santos discutia o pagamento de R\$ 2 milhões relacionado ao imóvel com Marcelo de Moraes Oliveira, que foi preso na terça (21). Em vez de recorrer ao Judiciário, os dois lados buscaram a mediação da facção.

Em uma conversa de 26 de maio de 2023, Cléber relata que uma reunião com integrantes da facção terminou sem acordo e afirma que a decisão caberia ao comando do PCC.

“Agora vou armar com um monte de irmão e no dia nós encostamos lá e quem vai conduzir vai ser o comando.”

Segundo os promotores, a mensagem demonstra que a disputa seria submetida à deliberação da organização criminosa.

Em outra conversa, Cléber afirma que estava havia um mês sem dormir por causa do problema envolvendo a casa na Riviera e diz que o caso seria decidido no chamado “resumo de SP”,

expressão que, segundo o MP, faz referência às deliberações internas do PCC.

A investigação também reúne um áudio em que Cléber descreve o conflito envolvendo R\$ 2 milhões e pede formalmente a intervenção da facção.

“Peço que seja aqui essas ideias para ser resolvida... desde já agradeço a atenção dada pelos irmãos.”

Segundo o Ministério Público, a mensagem evidencia a submissão voluntária do empresário às regras da organização criminosa.

Outro diálogo mostra o investigado Antonio Carlos Sampaio, conhecido como “Compadre”, sugerindo violência contra os envolvidos na disputa.

“Esses cara tá tirando hora que chegar lá vai ficar tudo amarrado no cativeiro.”

Para os investigadores, a conversa demonstra a atuação coercitiva do grupo durante o chamado tribunal do crime.

Pagamentos a policiais

As mensagens também mostram pedidos de dinheiro destinados, segundo o MP, ao pagamento de propinas para policiais.

Em uma conversa, Cléber envia uma mensagem a Bruno Ramos Fernandes:

“Preciso de 50 mil pra poder mandar pra polícia. Chegando aí separa e me avisa blz.”

Em outra troca de mensagens, Robson Martins de Souza cobra recursos para quitar pagamentos destinados a unidades policiais.

“Tem vivo preciso pagar o 39 13 e seccional.”

Na sequência, detalha os valores:

“39 750”;

“13 750”;

“Seccional 1500”.

Em outro diálogo, Cléber pede dinheiro ao investigado Amjad Ahmad.

“Chefão estou precisando do dinheiro pra pagar a polícia e não tenho. Vc tem como me mandar o nosso saldo por favor??”

Segundo o MP, as conversas reforçam os indícios de corrupção sistemática de agentes públicos para proteger a estrutura financeira do grupo.

A investigação também reúne um áudio gravado em julho de 2025 em que Cléber pede R\$ 100 mil em espécie para um cliente que, segundo ele, precisava “pagar os polícia do Deic”.

“Deixa eu te falar. Aquele meu cliente lá, o Caio, ele precisa de R\$ 100 mil aí pra trocar. Quer mandar TED e pegar em vivo, porque ele precisar pagar os polícia do Deic, porque ele teve um problema.”

Segundo o MP, o áudio reforça a suspeita de que dinheiro movimentado pelo esquema era destinado ao pagamento de propina a agentes públicos.

Lavagem de dinheiro

Os promotores também apontam que o grupo administrava uma estrutura sofisticada para lavagem de dinheiro.

Em uma conversa, Cléber afirma que o “banco” operado pelo grupo era capaz de movimentar recursos de qualquer origem.

“Tem a criptomoeda... e tem a pirâmide né... e o dinheiro dos caras das drogas... pra mim ele pode fazer até dinheiro de avião de jato, de foguete.”

Em outro diálogo, ao oferecer serviços financeiros ao investigado Amjad Ahmad, Cléber afirma que já atendia clientes de grande porte.

“Já temos clientes de usina, igreja, bingo, fábrica de cigarro... tudo que precisa de conta pra ser blindado.”

A investigação também localizou mensagens sobre grandes quantias de dinheiro em espécie.

Em uma delas, Antonio Carlos Ubaldo Junior informa ao líder do PCC Leonardo Monteiro Moja, o Léo do Moinho, que havia divergência na conferência de uma entrega.

“A sacola que ele mandou tinha só 498.500.”

Segundo ele, a conferência era feita por uma pessoa que “só mexe com o dinheiro do Cléber vivo”.

Para o MP, as conversas mostram que o grupo movimentava dinheiro vivo em grande escala e oferecia serviços de lavagem para integrantes da facção e outros clientes.

Contadora

A representação do Gaeco também cita a atuação da contadora Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef.

Em uma conversa com Amjad Ahmad, ela afirma receber R\$ 70 mil por mês para trabalhar exclusivamente para o grupo.

“Pela minha exclusividade, o Cléber me paga R\$ 70.000 por mês.”

Em outra troca de mensagens, Meire orienta que um dos investigados não altere sua declaração de Imposto de Renda, apesar de inconsistências identificadas.

“A dele tem umas inconsistências. Nada muito grave, mas tem. Porém acho que nesse momento não é bom mexer.”

Segundo o MP, os diálogos indicam que a contadora auxiliava na ocultação patrimonial e na manutenção da estrutura financeira utilizada para lavar recursos ilícitos.

WhatsApp com coronel da PM

Segundo a investigação, há também proximidade entre integrantes do grupo e oficiais de alta patente da Polícia Militar. O coronel Luiz Carlos Pereira Martins participaria de um grupo de WhatsApp chamado “Aniversário General”, ao lado de Cléber Azevedo e Robson Martins de Souza.

Para o Ministério Público, embora as mensagens tenham caráter social e pessoal, elas demonstram uma relação de proximidade entre os participantes que ia além de contatos ocasionais.

Os promotores afirmam ainda ter encontrado mensagens nas quais Pereira Martins se coloca à disposição para ajudar os investigados e intermediar contatos com outras autoridades.

Entre os nomes citados estão o então comandante da Rota, coronel José Augusto Coutinho, e o coronel identificado como Patrício. Este último também aparece em uma planilha financeira apreendida, que registra um pagamento de R\$ 1.000 em dinheiro.

Segundo o Ministério Público, há registros de áudios e planilhas que citam policiais civis e militares. Eles, no entanto, não são alvos da Operação Janus nem foram denunciados ou acusados formalmente até o momento.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
22/07/2026/07:28:57

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode

ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com